

Cidades sem médicos

Foto: Osmar Bustos



“Profissionais concentram-se nas áreas de maior desenvolvimento: falta assistência em vastas regiões.”

Fala-se há muito tempo em interiorização de médicos no Brasil. É certo que o país tem um número excessivo de profissionais em relação à capacidade de absorção do sistema de saúde pública. Mas esses médicos concentram-se nas áreas de maior desenvolvimento, onde restam algumas expectativas de trabalho na medicina privada. O resultado é a falta de assistência em vastas regiões.

São várias as razões determinantes dessa distribuição iníqua. A primeira é a falta de resolutividade nas estruturas de saúde encontradas nos locais hoje desassistidos. Isso faz com que o médico ali instalado não tenha condições de ver tornadas efetivas suas ações. Falta-lhe toda a sorte de recursos para diagnosticar e tratar adequadamente os pacientes sob seus cuidados. Não há tampouco organização que lhe permita encaminhar os pacientes que precisem de especialidades diferentes da sua.

O sistema de saúde precisa ter efetividade técnica tanto em termos de recursos de diagnóstico como em opções de referenciamento. Deve ser dada ao médico a possibilidade de encaminhar os pacientes para serviços específicos, integrados à rede de assistência que compõe cada região, para que haja continuidade ao tratamento do paciente.

Além disso, é necessário que o médico tenha um espectro de suficiência técnica adequado. As regiões mais remotas demandam médicos que resolvam problemas de diferentes áreas

do conhecimento, ou seja, profissionais com formação ampla o bastante. Diante desse quadro, há muitos profissionais que não se sentem seguros para trabalhar em lugares onde não há profissionais que possam complementar sua atuação.

Em segundo lugar, para que um médico (ou qualquer outro profissional) fixe-se, é necessário que haja ambiente de trabalho adequado. Pressões, sejam elas associadas ao excesso de demanda, à insuficiência de recursos ou mesmo ao uso político do médico por autoridades e gestores locais, tornam insustentável a sua permanência em certos municípios.

O terceiro ponto é a impossibilidade de desenvolvimento profissional, o que faz do médico interiorizado um exilado em seu próprio país. No Sistema Único de Saúde não existe carreira que permita ao médico desenvolver-se e eventualmente qualificar-se para postos compatíveis com sua vida profissional, pessoal e familiar.

Há muitos municípios que contratam médicos, mas não têm recursos financeiros para pagar salários com regularidade. Os contratos, quando existem, são temporários ou precários.

A mobilidade é absolutamente essencial na carreira, quando se pensa em prover com médicos áreas remotas. Isso só será possível dentro de um plano de carreira federal. As carreiras municipais isolam os que dela fazem parte, impedindo deslocamentos para outros municípios.

O salário é um aspecto certamente importante, mas não está entre os primeiros do ponto de vista da fixação de médicos. O que nos surpreende é que todas essas causas de fixação ou migração são bastante conhecidas e estudadas. Os que gerenciam a saúde, porém, insistem em ignorá-las. Perdem-se em alternativas periféricas que, longe de corrigir os desvios determinantes do problema, apenas acrescentam-lhe distorções, degradando a profissão médica e ampliando o fosso que nos aparta do mundo desenvolvido.

José Luiz Gomes do Amaral
Presidente da AMB

Esta é uma parceria AMB - SBC